

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO - 2009/2010
- celebrada entre o SINDICATO DO COMÉRCIO DE
JUIZ DE FORA e o SINDICATO DOS EMPREGADOS
NO COMÉRCIO DE JUIZ DE FORA, por seus
representantes infra-assinados, consoante as Cláusulas e
Condições seguintes:

CLÁUSULA 1ª (PRIMEIRA) - CORREÇÃO SALARIAL - As empresas representadas pelo *Sindicato do Comércio de Juiz de Fora* concederão aos seus empregados correção salarial de 6,2% (seis vírgula dois por cento), a vigorar a partir de 1.º (primeiro) de outubro de 2009, a serem aplicadas sobre os salários de outubro de 2008, compensando-se as antecipações legais e/ou espontâneas feitas no período de 01/10/08 a 30/09/09, tudo em conformidade com as disposições legais aplicadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica assegurada, a partir de 1º (primeiro) de outubro de 2009 a garantia mínima de R\$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais) para os empregados admitidos até 31 de maio de 2009. Os empregados admitidos a partir de 01 de junho de 2009, também terão direito à garantia mínima mensal de R\$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais), a partir do dia em que completarem 120 (cento e vinte) dias de trabalho na mesma empresa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os empregados que percebem salários mistos (parte fixa mais comissões) terão aplicados, sobre a parte fixa, os percentuais estipulados na Cláusula Primeira e terão direito à garantia mínima legal de R\$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais), nas condições nela determinada, desde que a soma das comissões mais o salário fixo não atinja aquele valor.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A garantia mínima de R\$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais), é assegurada, também, ao comissionista puro.

PARÁGRAFO QUARTO - As eventuais diferenças salariais, relativas ao mês de outubro de 2009, decorrentes da aplicação, desta cláusula, da presente convenção Coletiva de Trabalho, poderão ser pagas juntamente com o salário do mês de novembro de 2009, sem acréscimos ou penalidades.

CLÁUSULA 2ª (SEGUNDA) - SALÁRIO CONTRATAÇÃO - É livre a contratação de salários para os empregados admitidos a partir de 1º (primeiro) de outubro de 2009, respeitado o disposto no Parágrafo primeiro da Cláusula Primeira.

CLÁUSULA 3ª (TERCEIRA) - ADIANTAMENTO SALARIAL - As empresas concederão aos empregados mensalistas adiantamento salarial no dia 20 (vinte) de cada mês, no percentual de 30% (trinta inteiros por cento) do seu valor total, por via de vales ou recibo comum. Não sendo útil o dia 20 do mês, o adiantamento será feito no primeiro dia útil seguinte. Ficam excluídas do cumprimento desta cláusula as empresas que efetuarem o pagamento integral dos salários até o último dia útil do mês.

CLÁUSULA 4ª (QUARTA) - FORNECIMENTO DE RECIBO DE PAGAMENTO - No ato do pagamento do salário, as empresas, obrigatoriamente, deverão fornecer aos empregados, em papel com a sua identificação, cópia das folhas de pagamento/envelopes ou recibos, que contenham os valores pagos, inclusive o valor do FGTS a ser recolhido e os respectivos descontos.

CLÁUSULA 5ª (QUINTA) - DEPÓSITO EM CONTA/PAGAMENTO COM CHEQUE - As empresas que efetuarem o pagamento dos salários e da remuneração de férias através de conta bancária, aberta para esse fim em nome do(a) empregado(a) e com o consentimento deste, em estabelecimento de crédito próximo ao local de trabalho, ou em cheques por elas emitidos, assegurarão ao (à) empregado (a):

- I. Horário que permita o desconto imediato do cheque;
- II. Transporte, caso o acesso ao estabelecimento de crédito exija a utilização do mesmo;
- III. Condições que não impeçam qualquer atraso no recebimento dos salários e da remuneração das férias.

CLÁUSULA 6ª (SEXTA) - ERRO NA FOLHA DE PAGAMENTO - Na ocorrência de erro na folha de pagamento e/ou adiantamento de salários, a empresa se obriga a efetuar a devida correção no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos.

CLÁUSULA 7ª (SÉTIMA) - MÉDIA DE COMISSÕES PARA CÁLCULOS - A remuneração básica para o cálculo do 13º salário, férias e acerto da rescisão contratual, devido ao(à) empregado(a) comissionista puro ou misto, que tenha um ano de emprego na mesma empresa, será feita pela média dos últimos 06 (seis) meses, excluindo-se sempre do cálculo o mês de dezembro, salvo se for mais vantajoso o critério legal existente.

CLÁUSULA 8ª (OITAVA) - CRÉDITO DE COMISSÃO - Ao(à) empregado(a) comissionista, ficará garantido o crédito de sua comissão no ato da venda, mesmo que tenha sido feita por crediário; entretanto, receberá sua comissão junto com o pagamento mensal de seu salário, tudo observando as normas internas da empresa a esse respeito.

CLÁUSULA 9ª (NONA) - TAXA DE COMISSÃO - O contrato de trabalho do(a) empregado(a) comissionista puro ou misto deverá especificar taxa ou taxas de comissões, além do correspondente repouso semanal remunerado, a que faz jus, conforme o art.1º, da Lei nº 605/49, e o En. nº 27, do Egrégio TST, e art. 13º da CLT.

CLÁUSULA 10ª (DÉCIMA) - PAGAMENTO DE 13º AO COMMISSIONISTA - As empresas pagarão a diferença do valor do 13º salário do comissionista até no máximo no quinto dia útil do mês de janeiro, exceto as empresas que pagam salários até o último dia do mês, que poderão complementar a diferença até o décimo dia útil do mês de janeiro.

CLÁUSULA 11ª (DÉCIMA PRIMEIRA) - ADICIONAL DE HORAS-EXTRAS - As horas-extras serão remuneradas com o adicional de 50% (cinquenta por cento) para as duas primeiras horas diárias e de 70% (setenta por cento) para as excedentes.

CLÁUSULA 12ª (DÉCIMA SEGUNDA) - ANOTAÇÕES NA CTPS - As empresas efetuarão as anotações pertinentes às alterações salariais na Carteira de Trabalho e Previdência Social, desde que solicitadas pelos seus empregados, na forma da Legislação em vigor, ou sempre que justificadas, inclusive o salário efetivamente recebido, entre comissões e salário fixo.

CLÁUSULA 13ª (DÉCIMA TERCEIRA) - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA - O contrato de experiência não ultrapassará, nunca, o prazo

máximo de 90 (noventa) dias e nem será celebrado no caso de readmissão do(a) empregado(a) que tenha trabalhado nos últimos 06 (seis) meses, na mesma função anteriormente exercida na empresa, bem como, nos casos de admissão de empregados que estejam prestando serviços, na mesma empresa, e função como mão de obra temporária.

CLÁUSULA 14ª (DÉCIMA QUARTA) - CONFERÊNCIA DE VALORES EM CAIXA - A conferência dos valores em caixa será realizada na presença do(a) operador(a) responsável e, quando impedido(a) de acompanhar a conferência, ficará isento(a) de responsabilidade por erros ou diferenças verificadas.

CLÁUSULA 15ª (DÉCIMA QUINTA) - QUEBRA-DE-CAIXA - Todas as empresas que remuneram seus empregados, em efetivo exercício na função de caixa, com valores iguais à garantia mínima da categoria comerciária, ficam obrigadas a acrescentarem mais 10% (dez inteiros por cento) do referido piso à remuneração, a título de quebra-de-caixa e, assim, efetuarem, se o desejarem, os descontos por diferenças verificadas a menor.

PARÁGRAFO ÚNICO - As empresas que já remuneram os seus empregados nas funções de caixa com salários e/ou remuneração superiores à soma da garantia mínima acrescida de 10% (dez inteiros por cento) do seu valor, ficam desobrigadas do pagamento adicional mencionado na Cláusula acima, podendo, ainda, efetuarem compensações das diferenças apuradas a menor, se o desejarem, ressalvadas as condições existentes e mais vantajosas. Fica esclarecido que, se a empresa efetuar o desconto referido nesta cláusula, pagará, a título de quebra-de-caixa, pelo menos o valor da garantia mínima, acrescida de 10% (dez inteiros por cento).

CLÁUSULA 16ª (DÉCIMA SEXTA) - DESCONTO DE CHEQUES SEM FUNDOS - É vedado às empresas descontarem dos salários dos empregados as importâncias correspondentes a cheques sem fundos recebidos de fregueses, desde que o(a) empregado(a) tenha cumprido as normas estabelecidas pela empresa para o recebimento de cheques.

CLÁUSULA 17ª (DÉCIMA SÉTIMA) - MENSALIDADE DOS ASSOCIADOS AO SINDICATO PROFISSIONAL - DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO - Os empregadores, como simples intermediários, descontarão, mensalmente, na folha de pagamento dos seus empregados sindicalizados, a mensalidade social, após recebimento da respectiva relação nominal com autorização a ser encaminhada pelo Sindicato Profissional. Os valores descontados serão depositados em nome do Sindicato Profissional até o dia 10 (dez) de cada mês ou dia subsequente, em caso de não haver expediente bancário; na conta nº. 600.001-0, em nome do Sindicato dos Empregados no Comércio de Juiz de Fora na, Caixa Econômica Federal - Agência Manchester - Av. Rio Branco, 2.340 - Centro.

CLÁUSULA 18ª (DÉCIMA OITAVA) - QUADRO DE AVISOS - As empresas colocarão à disposição do Sindicato dos Empregados no Comércio de Juiz de Fora quadros de avisos para a afixação de comunicados oficiais de interesse da categoria, que serão encaminhados previamente ao setor competente da empresa, não sendo tolerados, em nenhuma hipótese, matérias políticas ou ofensivas a quem quer que seja.

CLÁUSULA 19ª (DÉCIMA NONA) - ALIMENTAÇÃO DO(A) TRABALHADOR(A) - Recomenda-se às empresas o fornecimento de Vale-Refeição aos seus empregados, conforme o P.A.T.(Programa de Alimentação do Trabalhador).

CLÁUSULA 20ª (VIGÉSIMA) - FORNECIMENTO DE LANCHE - Estão autorizadas as empresas de fornecer lanche a seu empregado, habitualmente, constituído de 1 (um) pão de sal de 50 (cinquenta) gramas, manteiga e café e/ou leite, para que o mesmo possa ter melhor desempenho, não se constituindo em salário, bem como em salário de contribuição.

PARÁGRAFO ÚNICO - As empresas empregadoras fornecerão, gratuitamente, lanche constituído de 1 (um) pão de sal de 50 (cinquenta) gramas, manteiga e café com leite aos seus empregados convocados para prestação de serviços além da jornada normal, para que o mesmo possa ter melhor desempenho, não se constituindo em salário, bem como em salário de contribuição.

CLÁUSULA 21ª (VIGÉSIMA PRIMEIRA) - FORNECIMENTO DE UNIFORMES - As empresas fornecerão, gratuitamente, uniformes aos seus empregados, quando obrigarem o seu uso, bem como calçados, se por elas padronizados quanto à marca, desenho ou tipo.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os empregados serão responsáveis pelo bom uso e conservação dos uniformes e calçados recebidos, podendo as empresas, em caso de abuso, cobrarem o valor do uniforme fornecido, a partir do terceiro, inclusive, no prazo de 1 (um) ano, contado do primeiro fornecimento. Os empregados restituirão, às empresas, quando da extinção do contrato de trabalho, o último uniforme recebido.

CLÁUSULA 22ª (VIGÉSIMA SEGUNDA) - COLOCAÇÃO DE ASSENTOS PARA TRABALHADOR(A) - As empresas se obrigam à colocação de assentos no local de serviço, nos termos da Portaria n.º 3.214/79 do Ministério do Trabalho.

CLÁUSULA 23ª (VIGÉSIMA TERCEIRA) - DESVIO DE FUNÇÃO DA GESTANTE - A mudança de função da empregada gestante somente poderá ser efetuada com o seu consentimento, por escrito, em documento feito em duas vias, remetendo-se uma ao Sindicato Profissional. A remessa será feita pela gestante.

CLÁUSULA 24ª (VIGÉSIMA QUARTA) - FÉRIAS PARA GESTANTE - As Empresas que possuam em seus quadros empregadas gestantes, se obrigam, quando do término da licença maternidade a que fazem jus, concederem às mesmas suas férias vencidas, se for o caso.

CLÁUSULA 25ª (VIGÉSIMA QUINTA) - CONVÊNIO COM CRECHES - As empresas que tenham em seus quadros mais de 30 (trinta) mulheres maiores de 16 (dezesseis) anos de idade, propiciarão local ou manterão convênios com creches para a guarda e assistência de seus filhos em período de amamentação, de acordo com o Art. 389 e Parágrafos 1º e 2º da CLT.

CLÁUSULA 26ª (VIGÉSIMA SÉXTA) - CUSTOS DE EXAME MÉDICO - As empresas arcarão com os custos dos exames médicos e laboratoriais de seus empregados, desde que feitos em razão de ordem sua ou mandamento legal.

CLÁUSULA 27ª (VIGÉSIMA SÉTIMA) - ABONO DE FALTA PARA LEVAR FILHO AO MÉDICO - Assegura-se o direito à ausência remunerada de 1 (um) dia, até 02 (duas) vezes por semestre, ao(à) empregado(a) quando para levar ao médico, filho(a) menor ou dependente previdenciário de até 10 (dez) anos de idade, mediante apresentação de comprovação no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA 28ª (VIGÉSIMA OITAVA) - ABONO DE AUSÊNCIA - Em igualdade de condições com médicos da empresa ou do SUS, os médicos do Sindicato dos Empregados no Comércio de Juiz de Fora poderão abonar a ausência do(a) empregado(a) por motivo de saúde.

CLÁUSULA 29ª (VIGÉSIMA NONA) - COMPLEMENTAÇÃO AUXÍLIO-DOENÇA - Os empregados afastados da atividade por motivo de concessão do Auxílio Doença Previdenciário, sendo portador da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - "AIDS", farão jus a complementação, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, do valor do Auxílio-Doença para o salário efetivamente recebido na empresa, na data do afastamento.

CLÁUSULA 30ª (TRIGÉSIMA) - SEGURO EM GRUPO - Recomenda-se às empresas a estipularem seguro em grupo para seus empregados, dando ciência a estes dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar do contrato firmado.

CLÁUSULA 31ª (TRIGÉSIMA PRIMEIRA) - LIBERAÇÃO DE EMPREGADO(A) PARA RECEBIMENTO DO PIS - Recomenda-se às empresas que liberem seus empregados dentro do horário de expediente bancário para que possam receber as parcelas do P.I.S. (Programa de Integração Social).

CLÁUSULA 32ª (TRIGÉSIMA SEGUNDA) - ABONO DE TEMPO PARA PROVAS - Se o horário da prova escolar coincidir com horário de trabalho, o(a) empregado(a) terá abonado o tempo de ausência necessário à realização da prova, desde que comprove sua presença à mesma, por atestado do estabelecimento de ensino, e os vestibulandos conforme inciso VII, do art.473 da CLT.

PARÁGRAFO ÚNICO - Esta garantia se aplica aos exames vestibulares, bem como esta regra só se aplica a um vestibular por ano.

CLÁUSULA 33ª (TRIGÉSIMA TERCEIRA) - LICENÇA REMUNERADA - Recomenda-se às empresas a conceder licença remunerada para o(a) ocupante de cargo efetivo de direção do Sindicato dos Empregados no Comércio, sempre que este(a) solicitar.

CLÁUSULA 34ª (TRIGÉSIMA QUARTA) - JORNADA NO AVISO-PRÉVIO - No ato da dispensa do(a) empregado(a), a empresa deverá comunicá-lo(a) por escrito e o(a) empregado(a), de imediato, declarará, por escrito, a sua opção de, durante a vigência do aviso prévio, ter a sua jornada de trabalho reduzida em 2 (duas) horas no início ou no fim dela, e o empregador, também por escrito, declarará a sua opção de indenizar o aviso prévio que não será trabalhado.

CLÁUSULA 35ª (TRIGÉSIMA QUINTA) - INTERRUPÇÃO DO AVISO PRÉVIO - NOVO EMPREGO - Provando o(a) empregado(a) a obtenção de outro emprego, no curso do Aviso Prévio dado pelo empregador, ficará ele(a) dispensado(a) do cumprimento do restante do Aviso, desobrigando a empresa do pagamento dos dias restantes não trabalhados. Para tanto, fica o(a) empregado(a) obrigado(a) a cientificar a empresa, por escrito, até 5 (cinco) dias antes da sua possível saída do emprego.

CLÁUSULA 36ª (TRIGÉSIMA SEXTA) - COMPROVAÇÃO E RECOLHIMENTO DE TAXAS - Quando da homologação da rescisão contratual do(a) seu(sua) empregado(a) com mais de um ano de serviço, a empresa, além dos documentos exigidos pela legislação pertinente,

apresentará, ainda, o comprovante da Contribuição Negocial, bem como o comprovante da Contribuição Sindical. A presente cláusula será em caráter experimental e com validade por 12 (doze) meses, ou seja, durante o período de vigência da presente CCT.

CLÁUSULA 37ª (TRIGÉSIMA SÉTIMA) - *DISPENSA POR JUSTA CAUSA* - No caso da dispensa por Justa Causa, fica a empresa obrigada a efetuar a comunicação por escrito, colhendo recibo da entrega do(a) empregado(a) dispensado(a), narrando os motivos da mesma, sob pena de gerar presunção de dispensa imotivada.

CLÁUSULA 38ª (TRIGÉSIMA OITAVA) - *ATESTADO DE BOA CONDUTA* - As empresas fornecerão, a seus critérios, atestado de boa conduta, se for o caso, aos empregados demitidos.

CLÁUSULA 39ª (TRIGÉSIMA NONA) - *SEGURANÇA DO EMPREGO PARA APOSENTAR-SE* - Aos empregados que estiverem a um máximo de 12 (doze) meses de aquisição do direito à aposentadoria (em seus prazos mínimos) e que tiverem 50 (cinquenta) ou mais anos de idade, 34 (trinta e quatro) anos de serviço e 10 (dez) anos de trabalho na mesma empresa, ficará assegurado o emprego durante o período que faltar para aposentarem-se.

PARÁGRAFO ÚNICO - Quando de sua aposentadoria o(a) empregado(a) fará jus ao recebimento correspondente ao seu último salário nominal, desde que tenha prestado 05 (cinco) ou mais anos de serviço, na mesma empresa.

CLÁUSULA 40ª (QUADRAGÉSIMA) - *FALECIMENTO DE EMPREGADO(A)* - No caso de falecimento do(a) empregado(a) com mais de um ano de serviço, a empresa empregadora, a título de auxílio funeral, juntamente com o saldo de salário e outras verbas remanescentes, pagará aos seus dependentes inscritos na Previdência Social um salário mínimo legal.

CLÁUSULA 41ª (QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA) - *CARGA E DESCARGA DE CAMINHÕES* - Fica vedado, por este instrumento, a utilização da mão-de-obra de comerciários comissionistas para carga e descarga de caminhões, exceto as mercadorias vendidas pelos balconistas e que serão entregues diretamente ao freguês.

CLÁUSULA 42ª (QUADRAGÉSIMA SEGUNDA) - *PRORROGAÇÃO/REVISÃO/ REVOGAÇÃO DA CCT* - O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial da presente Convenção Coletiva de Trabalho, ficará subordinado às normas estabelecidas pelo Art. 615 da CLT.

CLÁUSULA 43ª (QUADRAGÉSIMA TERCEIRA) - *MULTA* - Em atendimento ao que determina o item 8 do Art. 613 da CLT, os Sindicatos convenentes, os empregados e as empresas, em caso de violação de qualquer cláusula constante desta Convenção, pagarão uma multa no valor equivalente a 1 (um) salário normativo da categoria, que reverterá à parte prejudicada.

CLÁUSULA 44ª (QUADRAGÉSIMA QUARTA) - *RELAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS* - Recomenda-se às empresas fornecerem ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Juiz de Fora a relação nominal de todos os seus empregados, com endereço completo, no prazo de 30 (trinta) dias da data de assinatura da presente Convenção.

CLÁUSULA 45ª (QUADRAGÉSIMA QUINTA) - *COMPENSAÇÃO DE JORNADAS* - Fica facultado às empresas integrantes da categoria econômica,

através dos Sindicatos ora signatários, apresentarem propostas para o estabelecimento de sistema de compensação de jornada de trabalho, as quais serão negociadas, caso a caso, com os respectivos empregados, podendo ser aprovadas ou não, para os devidos fins de direito.

CLÁUSULA 46ª (QUADRAGÉSIMA SEXTA) - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL - As empresas descontarão mensalmente, a partir do mês de outubro/2009, de seus empregados, sindicalizados ou não, como simples intermediárias, a título de CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL, o valor de R\$ 5,45 (cinco reais e quarenta e cinco centavos), relativo a 1% (um inteiro por cento) da garantia mínima de R\$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais), independente da faixa salarial do(a) empregado(a), conforme aprovação da Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 18/09/2009, sendo o repasse feito ao Sindicato Obreiro mensalmente, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao desconto.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os valores descontados serão repassados ao Sindicato dos Empregados, nas datas mencionadas no Caput desta Cláusula, nas seguintes opções:

- a) Com pagamento a ser efetuado diretamente na tesouraria do SEC de Juiz de Fora, sito à Galeria Carmelo Sirimarco, 24 - Centro;
- b) Pagamento direto aos cobradores credenciados pelo SEC de Juiz de Fora, através de recibo próprio;
- c) Depósito bancário no Banco Real - Av. Barão do Rio Branco, 2691 - Centro , Agência 0177 Conta Corrente 0731616, de rendas próprias, do Sindicato dos Empregados no Comércio de Juiz de Fora.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O Sindicato dos Empregados no Comércio de Juiz de Fora fornecerá, às empresas que lhe solicitarem, cópia da Ata da AGE que autorizou o desconto referido nesta Cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ao trabalhador não associado que não concordar com os descontos ficará assegurado o direito de oposição direta e pessoalmente ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Juiz de Fora, ou mediante correspondência AR (Aviso de Recebimento) enviada pelos Correios ao Sindicato, a partir do protocolo no Ministério do Trabalho e Emprego/Subdelegacia do Trabalho em Juiz de Fora da Convenção Coletiva de Trabalho até 10 (dez) dias úteis do primeiro desconto em folha de pagamento. O Sindicato Profissional poderá notificar o empregado que exerceu o direito de oposição por AR, no prazo de 20 (vinte) dias, para comparecer pessoalmente ao Sindicato para ratificar o direito de oposição, fazendo isto por notificação expressa ao referido empregado, seja por AR ou por instrumento próprio com aviso de recebimento por parte do empregado. Por sua vez, este terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para comparecer ao Sindicato da categoria para a referida ratificação. Caso o empregado não compareça, ficará sem efeito a oposição realizada.

PARÁGRAFO QUARTO - Em caso do empregado não sindicalizado ter sofrido desconto, quando de seu comparecimento ao Sindicato da categoria para a ratificação ou realização do direito de oposição, nos termos do parágrafo anterior, deverá o mesmo comprovar o desconto sofrido, bem como a data do mesmo, a fim de se verificar o prazo de sua oposição. O Sindicato fornecerá comprovante de seu comparecimento.

PARÁGRAFO QUINTO - O Sindicato Patronal deverá comunicar às empresas associadas que elas terão que afixar em local visível os procedimentos para o exercício do direito de oposição dos seus empregados não associados.

PARÁGRAFO SEXTO - Em caso de desconto feito pela empresa, apesar do exercício do direito de oposição por parte do empregado, o Sindicato Profissional ficará obrigado a restituir o valor indevidamente descontado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após requerimento do interessado dirigido ao SEC.

CLÁUSULA 47ª (QUADRAGÉSIMA SÉTIMA) - FERIADOS - Observadas as disposições desta Cláusula e das Cláusulas 48ª (quadragésima oitava) e 49ª (quadragésima nona) seguintes, fica autorizado o trabalho e a abertura nos feriados para os empregados dos estabelecimentos do comércio em geral, representados pelo Sindicato do Comércio de Juiz de Fora, obedecendo às condições dos seus parágrafos abaixo especificados:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O trabalhador que prestar serviço no(s) referido(s) dia(s) de feriado(s) terá sua jornada estabelecida em 8 (oito) horas, com no mínimo 01 (uma) hora de intervalo para descanso e alimentação, sendo que eventual jornada de trabalho extraordinário no feriado não será permitido;

PARÁGRAFO SEGUNDO - Deverão ser observados os intervalos intrajornada e interjornada previstos na legislação trabalhista;

PARÁGRAFO TERCEIRO - O empregado que trabalhar no(s) referido(s) dia(s) de feriado(s) fará jus a uma gratificação, de R\$ 30,00 (trinta reais), por cada feriado trabalhado, que deverá ser pago até o 21º (vigésimo primeiro) subsequente ao feriado trabalhado;

PARÁGRAFO QUARTO - O empregado comissionista receberá por cada feriado trabalhado, o valor de R\$ 30,00 (trinta reais) como garantia mínima, ou o valor da comissão recebida naquele dia, prevalecendo aquela mais vantajosa para o empregado;

PARÁGRAFO QUINTO - Fica vedado o trabalho nos feriados relativos aos dias 25 de Dezembro - Natal, 01 de Janeiro - Confraternização Universal e no dia do Comerciário, acordado pelas partes sindicais, conforme termo aditivo a esta convenção, que será comemorado na quarta segunda-feira do mês de agosto;

PARÁGRAFO SEXTO - Caso sejam criados novos feriados, quer de âmbito nacional, estadual ou municipal, também estarão na condição de, dias autorizados ao trabalho, conforme o caput desta cláusula, bem como os preceitos de seus parágrafos;

PARÁGRAFO SÉTIMO - O estabelecimento comercial, como forma de compensação dos feriados trabalhados, deverá conceder para cada empregado que trabalhar nestes dias, 01 (uma) folga compensatória para cada feriado trabalhado, a serem concedidas no prazo de até 30 (trinta) dias após o respectivo mês do feriado trabalhado. Decorrido o respectivo prazo para a

concessão da folga, sem que ela tenha sido concedida, o empregado fará jus ao recebimento de horas extras, calculadas na forma prevista nesta convenção coletiva de trabalho;

PARÁGRAFO OITAVO - Ficam excluídas das condições previstas nesta Cláusula, as empresas amparadas por decisão judicial e/ou administrativa, em qualquer instância, tanto liminarmente, ou com mérito julgado, principalmente, com relação à dilatação da jornada de trabalho e com trabalho autorizado nos domingos e em feriados. Caso seja cassada a liminar, ou seja, reformada a decisão que havia autorizado o trabalho aos domingos e em feriados, após seu trânsito em julgado, as empresas que estavam excluídas do cumprimento desta cláusula, voltarão a se subordinar às mesmas;

PARÁGRAFO NONO - Ficam excluídas das condições previstas nesta Cláusula e seu caput, aquelas empresas com atividades já autorizadas por lei para a abertura e trabalho, aos domingos e feriados, ou seja, os estabelecimentos dos ramos de supermercados e mercearias, bombonieres, floriculturas e atividades do comércio constante da relação a que se refere o artigo sétimo do decreto nº 27.048, de 12 de agosto de 1949, que regulamenta a lei 605/49, pois já são autorizados pelo referido diploma legal, bem como as empresas que ainda possuem banco de horas através de acordo coletivo com o Sindicato dos empregados no comércio em relação ao objeto desta cláusula.

CLÁUSULA 48ª (QUADRAGÉSIMA OITAVA) - CONDIÇÕES PARA FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS NOS FERIADOS - A empresa que optar em abrir seu estabelecimento comercial, no feriado obriga-se a fixar no local de trabalho e de fácil visualização: seu horário de funcionamento, o quadro de horário de seus funcionários e o Certificado de Regularidade Sindical, expedido gratuitamente pelo Sindicato do Comércio de Juiz de Fora;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os estabelecimentos, para o funcionamento do comércio nos feriados, com ou sem empregados, deverá seguir os seguintes preceitos:

- a) A empresa optante deverá redigir requerimento à entidade patronal, juntando a este, os documentos necessários para a expedição do Certificado de Regularidade Sindical;
- b) O modelo do requerimento será cedido gratuitamente pela entidade patronal;
- c) A solicitação, deverá ser pessoalmente, para expedição do certificado de regularidade sindical, atestando, pela cópia do seu contrato social ou última alteração contratual, que pertence à categoria econômica do comércio, que cumpre a CCT e que está em dia com a contribuição sindical patronal e de seus empregados, dos últimos 2 (dois) anos, conforme xérox anexo neste requerimento;
- d) Os estabelecimentos com mais de 10 (dez) empregados, para demonstração de quitação da sindical laboral, que trata o item "c", poderão fornecer esta obrigação, via e-mail para o endereço eletrônico da entidade patronal;

- e) O Sindicato do Comércio de Juiz de Fora - Sindicomércio-JF - enviará a cópia das guias, pertencentes ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Juiz de Fora - SEC-JF, protocolados, para que, o mesmo faça sua conferência;
- f) O Sindicomércio-JF emitirá, sem ônus, com a chancela do sindicato da categoria patronal e do SEC-JF, certificado a empresa com validade até 31/10/2010, a fim de que a mesma possa anexar o referido documento em lugar visível do estabelecimento de forma a permitir a verificação do Ministério do Trabalho e Emprego;
- g) As empresas deverão renovar anualmente o certificado e, as que não possuírem, de existência, o tempo determinado para comprovação das contribuições quitadas, bastará a última contribuição paga;
- h) Este documento é indispensável para, nos termos desta convenção, comprovar a regularidade, do funcionamento dos estabelecimentos e o trabalho dos comerciários nos feriados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O disposto nestas cláusulas e seus parágrafos acima não desobrigam a EMPRESA a satisfazer as demais exigências dos poderes públicos em relação à abertura de seu estabelecimento, bem como o cumprimento das demais legislações federais, estaduais e municipais correlatas.

CLÁUSULA 49ª (QUADRAGÉSIMA NONA) - BANCO DE HORAS FACULTATIVO AS EMPRESAS - Os empregados da empresa, poderão ter a jornada de trabalho diária acrescida de no máximo 2:00 (duas) horas por dia, durante o mês, sendo que as horas extras trabalhadas mensalmente, deverão ser compensadas até no máximo em 90 (noventa) dias após o mês da prestação da hora, com reduções de jornadas ou folgas compensatórias;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A compensação que for realizada através de folgas deverá ser comunicada pela empresa aos respectivos empregados;

PARÁGRAFO SEGUNDO - Durante o período em que vigorar a presente convenção, fica garantido somente para os empregados das empresas que utilizarem do banco de horas, descrito no *caput* da presente Cláusula, uma gratificação, a título de alimentação, de uma cesta básica no valor mínimo de R\$ 60,00 (sessenta reais), correspondente ao mês da utilização do banco de horas, a ser quitada até o quinto dia útil da folha de pagamento na forma do programa de alimentação do trabalhador - PAT, não integrando o salário e nem sofrendo incidência de INSS e FGTS;

PARÁGRAFO TERCEIRO - As empresas que possuírem ferramentas, como o cartão do próprio estabelecimento do crédito ao seu empregado, ficam autorizadas pelo sindicato de empregados, a quitarem o valor da cesta básica, prevista no Parágrafo Segundo, supra, em produtos alimentícios, não se aplicando a restrição prevista no Parágrafo Segundo, do artigo 462, da CLT;

PARÁGRAFO QUARTO - Caso a empresa não compensar as horas extras no prazo acima, deverá quitar as referidas horas com o acréscimo de 50% sobre a hora normal;

PARÁGRAFO QUINTO - Caso o empregado comerciário seja demitido sem que realize a compensação de suas horas extras, estas deverão ser quitadas, com adicional de 50% sobre a hora normal de trabalho;

PARÁGRAFO SEXTO - Para as empresas com menos de dez trabalhadores, que optarem em praticar banco de horas, somente neste caso e excepcionalmente, será obrigatório a anotação da hora de entrada e saída, em registro manual (livro de ponto) conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do trabalho, devendo haver pré-assinalação do período de repouso.

CLÁUSULA 50ª (QUINQUAGÉSIMA) - VALIDADE - A presente Convenção terá validade de 12 (doze) meses, com início em 1º (primeiro) de outubro de 2009 e término em 30 (trinta) de setembro de 2010, aplicando - se - lhe as disposições legais que regem a matéria e aquelas que forem criadas e adaptáveis à espécie. Assim, justas e contratadas, as partes assinam a presente Convenção Coletiva de Trabalho, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumpri-la em sua integralidade.

Juiz de Fora, 20 de novembro de 2009.

Presidentes:

**Emerson Beloti de Souza - Sindicato
Sindicato dos
do Comércio de Juiz de Fora
Juiz de Fora**

**Silas Batista da Silva -
Empregados no Comércio de**

Advogados:

**Dr. José Antônio Cúgula Guedes
Lourenço
p/ o Sindicato do Comércio
Empregados no**

**Dr. João Fernando
p/ o Sindicato dos**

de Juiz de Fora

Comércio de Juiz de Fora